

# MÚSICA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

## MUSIC AND INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A LITERATURE REVIEW

## MÚSICA E INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Carlos Antônio Freitas da Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Géssica Fabiely Fonseca<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

### Resumo

Este trabalho objetiva apresentar os resultados de uma Revisão Bibliográfica Sistemática realizada em revistas científicas com indexadores Qualis A, que se propõem a divulgar a pluralidade do conhecimento na área da Música. Para isso, foram analisadas a Revista Música, Revista MEB, Revista OPUS, Revista Hodie e a Revista da ABEM, totalizando 2004 trabalhos em 181 volumes de revistas. Dentre eles, 18 artigos foram selecionados por abordarem temas como Música e Inclusão. A pesquisa evidenciou uma lacuna na literatura sobre práticas acessíveis de ensino musical na Educação Infantil, ressaltando a necessidade de preencher esse espaço. Apesar dos avanços legislativos, destaca-se a necessidade de investigações mais profundas nesse campo.

**Palavras-chave:** Música; Inclusão; Educação Infantil.

### Abstract

This paper aims to present the results of a Systematic Literature Review conducted in scientific journals indexed as Qualis A, which are dedicated to disseminating the plurality of knowledge in the field of Music. For this purpose, the journals Revista Música, Revista MEB, Revista OPUS, Revista Hodie, and Revista da ABEM were analyzed, totaling 2004 papers across 181 journal volumes. Among these, 18 articles were selected for addressing themes such as Music and Inclusion. The research highlighted a gap in the literature regarding accessible practices in music education for Early Childhood Education, emphasizing the need to fill this gap. Despite legislative advances, the need for deeper investigations in this field is underscored.

**Keywords:** Music; Inclusion; Early Childhood Education.

<sup>1</sup> Graduado em Música pela UFRN, mestre em Educação Especial pela mesma instituição e autor da coleção didática Trilha do Saber Musical. Foi colaborador no curso de extensão Primeiras Notas e bolsista de iniciação à pesquisa no Grupo de Estudos e Pesquisa em Música. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0879089505251263> / E-mail: [csilva310@hotmail.com](mailto:csilva310@hotmail.com) <https://orcid.org/0000-0001-7943-2292>.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2836927327702138> / E-mail: [gessica.fonseca@ufrn.br](mailto:gessica.fonseca@ufrn.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7095-6038>

## Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar los resultados de una Revisión Bibliográfica Sistemática realizada en revistas científicas con índices Qualis A, cuyo objetivo es divulgar la pluralidad de conocimientos en el campo de la Música. Para ello, se analizaron Revista Música, Revista MEB, Revista OPUS, Revista Hodie y Revista da ABEM, totalizando 2004 artículos en 181 volúmenes de revistas. De estos, 18 artículos fueron seleccionados por tratar sobre Música e Inclusión. La investigación puso de manifiesto una laguna en la literatura sobre prácticas accesibles de enseñanza de la música en Educación Infantil, destacando la necesidad de llenar este espacio. A pesar de los avances legislativos, es necesario profundizar en la investigación en este campo.

**Palabras clave:** Música; Inclusión; Educación infantil.

## INTRODUÇÃO

No contexto inicial, o ensino de Música no Brasil estava intrinsecamente conectado aos modelos europeus. A educação musical brasileira está profundamente ligada à cultura e à história europeias. Os jesuítas, após a colonização da colônia portuguesa, introduziram valores e práticas marcados pela imposição da cultura lusitana e desconsideravam as expressões culturais locais, conectando a educação musical à igreja, com destaque para a formação de corais nas missões católicas (Oliveira, 1992; Fonterrada, 2005).

Segundo Oliveira (1992), durante o período colonial brasileiro, o desenvolvimento da educação musical estava intrinsecamente vinculado à Igreja. Seu propósito principal era contribuir para a conversão dos povos nativos utilizando a música como um recurso de ensino do catecismo católico. A influência jesuítica marcou a continuidade da influência da Igreja na educação musical, com forte vínculo à cultura europeia. O ensino prático da música era realizado principalmente através do canto e práticas litúrgicas.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, acompanhada por músicos e cantores, a educação musical no Brasil começou a passar por mudanças significativas. As cidades, especialmente o Rio de Janeiro, se beneficiaram social e culturalmente. A música se estendeu aos teatros, que passaram a receber companhias estrangeiras. A cidade do Rio de Janeiro viu o surgimento de prédios e instituições, incluindo a Real Academia de Belas Artes e o Conservatório Musical do Rio de Janeiro católicas (Oliveira, 1992; Fonterrada, 2005).

Conforme Brasil (1854), em uma fase subsequente, mais especificamente com a promulgação do Decreto Nº 1.331-A em 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Reforma Couto Ferraz, foi aprovado um regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Este decreto desempenhou um papel crucial ao estabelecer diretrizes fundamentais para a educação, incluindo disposições relacionadas à



incorporação da Música no ensino público. O Artigo 47 deste regulamento foi particularmente significativo, ao estipular que uma das disciplinas obrigatórias no ensino primário em escolas públicas seria a Música, abrangendo noções musicais e exercícios de canto (Oliveira, 1992; Fonterrada, 2005).

A continuidade da obrigatoriedade do ensino de Música é notória no Decreto de nº 981, datado de 08 de novembro de 1890, promulgado durante o período republicano sob a influência de Benjamin Constant. No seu Artigo 29, foi estabelecido que as disciplinas previstas no Artigo 26, entre elas a Música, seriam de caráter obrigatório para o ensino primário e secundário no Distrito Federal (Oliveira, 1992; Fonterrada, 2005).

O Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispunha sobre a organização do ensino secundário, instituiu entre os objetivos do curso fundamental o ensino de Música, promovido por meio do canto orfeônico. O movimento do Canto Orfeônico teve impactos positivos na introdução da Música na escola, especialmente com a liderança do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos. Essa prática musical desempenhou um papel crucial ao introduzir uma abordagem mais flexível na educação musical (Oliveira, 1992; Fonterrada, 2005).

Segundo Fonterrada (2005), a transição para a Educação Musical representou uma mudança significativa, marcando a substituição do canto orfeônico. Essa mudança contribuiu para o desenvolvimento da educação musical no Brasil, incorporando métodos inovadores inspirados em pedagogias europeias, como as de Edgar Willems, Jacques Dalcroze, Carl Orff e Zoltán Kodály. Essa fase caracterizou-se por uma abordagem educacional mais flexível e uma ênfase maior na experiência musical.

Ao conduzirmos essa reflexão para os dias contemporâneos e examinarmos o arcabouço legal e normativo da educação no Brasil, é notável a evolução significativa do papel da música na educação básica, consolidando-se como componente obrigatório no sistema educacional do país.

A promulgação da Lei 5.692/1971, que instituiu as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil, marcou um ponto significativo na abordagem da Educação Musical. Nesse contexto normativo, a legislação estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Artes, consolidando a prática da polivalência no ensino da arte, a qual englobava diversas expressões artísticas, incluindo a música. A Educação Musical passou a ser integrada nesse novo paradigma educacional, juntamente com outras linguagens artísticas como as Artes Cênicas, Artes Plásticas e Desenho Geométrico.



Seguindo o fluxo histórico da legislação educacional brasileira, podemos evidenciar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, preconiza, em seu Artigo 26, a importância de uma base nacional comum na educação básica, abrangendo a obrigatoriedade do ensino de Artes, entre elas a Música, que constituirá componente curricular integrante e obrigatório da educação básica.

Em 1998, foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). O objetivo desse documento era fornecer diretrizes para orientar as práticas pedagógicas em creches e pré-escolas, promovendo uma abordagem integrada e global no processo educacional. O RCNEI ofereceu orientações específicas para o planejamento e execução de atividades educativas, incluindo o ensino de Música como parte integrante do desenvolvimento infantil.

Segundo esse documento, a Música desempenha um papel essencial no desenvolvimento infantil, promovendo a expressão emocional, a criatividade, a coordenação motora, a percepção auditiva, a socialização, a interação e o desenvolvimento cognitivo das crianças. Através da Música, as crianças podem explorar e expressar suas emoções, desenvolver habilidades motoras, aprimorar a percepção sonora, interagir com os outros de forma colaborativa e estimular áreas cognitivas do cérebro. Esses benefícios da Música contribuem significativamente para o crescimento saudável e integral das crianças (Brasil, 1998).

No ano de 2009, foi instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Essas diretrizes enfatizam a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e as expressões artísticas, incluindo a Música, como parte do desenvolvimento integral das crianças (Brasil, 2009).

O ano de 2008 assume relevância ímpar nas práticas de Educação Musical no Brasil, assinalando uma transição paradigmática. Antes dessa fase, o ensino de Música estava presente, porém de maneira limitada nas outras linguagens artísticas. Com a promulgação da Lei 11.769, a Música tornou-se conteúdo obrigatório no ensino regular, incorporando-se ao conteúdo da disciplina Arte (Brasil, 2008).

No intervalo entre 2006 e 2008, a mobilização de artistas de renome nacional impulsionou a campanha "Quero Educação Musical na Escola", engajando tanto o setor público quanto a sociedade civil. Essa iniciativa culminou na aprovação da Lei 11.769/2008, estabelecendo a obrigatoriedade do conteúdo de Música na educação básica em todo o território brasileiro. Essa conquista representou um divisor de águas na valorização da música como conhecimento fundamental em nossa formação educacional.



Com isso, em 2016, visando contribuir com a orientação e implementação do ensino de Música na educação básica, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação estabeleceu a Resolução nº 2, que define as Diretrizes Nacionais para a implementação do ensino de Música na Educação Básica.

Essa resolução tem como objetivo estabelecer as diretrizes e normas que orientam as Secretarias de Educação, instituições formadoras de profissionais e docentes de Música, escolas regulares de ensino, bem como o Ministério da Educação e os Conselhos de Educação no que tange à implementação do ensino de Música nas escolas brasileiras em conformidade com a Lei nº 11.769/2008.

Em 2016, a legislação educacional passou por uma significativa mudança com a promulgação da Lei 13.278/2016. Essa lei redefiniu o cenário curricular ao estabelecer as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro como linguagens que compõem o componente curricular de Arte. Dessa forma, as disciplinas relacionadas a essas expressões artísticas foram oficialmente integradas ao currículo escolar brasileiro.

Atualmente, a Música está incluída na área das Linguagens Artísticas, com seis competências específicas que se relacionam com as dez competências gerais da BNCC. Essa abordagem multidisciplinar da Música a coloca como uma linguagem capaz de contribuir para a formação integral dos alunos, ampliando horizontes para a expressão criativa, a apreciação cultural e o desenvolvimento pessoal.

De acordo com a BNCC (Brasil, 2017), a Música é uma forma de expressão artística que contribui, entre outros aspectos, para enriquecer as relações interpessoais e emocionais das pessoas, promovendo o respeito às diferenças, o diálogo intercultural e facilitando a troca de saberes culturais diversos. Além disso, a Música auxilia na compreensão da complexidade do mundo e no aprimoramento de várias habilidades cognitivas e motoras.

No entanto, ao refletirmos sobre o ensino e aprendizagem da Música na Educação Básica, surge uma importante questão: Será que o ensino de Música na Educação Básica assegura que todos os alunos tenham acesso a esse conhecimento?

Para uma perspectiva inclusiva, é crucial que o ensino de Música seja acessível a todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou necessidades. Concordamos com Lima (2023) que a inclusão implica uma mudança de paradigma na educação, voltando-se não apenas para a inserção de alunos com deficiência, mas para a transformação do sistema educacional como um todo, de modo que todos os estudantes possam participar ativamente e alcançar sucesso em suas experiências de aprendizagem.



Desse modo, inclusão na educação musical significa criar um ambiente onde cada criança possa participar ativamente, expressar-se criativamente e desenvolver suas habilidades musicais de acordo com seu próprio ritmo e capacidade.

Mas para Silva (2019) a implementação da Música na Educação Básica enfrenta diversos desafios, incluindo a falta de recursos, formação limitada dos professores, carga horária reduzida, falta de valorização da arte e cultura, além de barreiras culturais e sociais.

Fantini, Joly e Rose (2016) e Schambeck (2016), salientam que apesar dos avanços legais e das políticas públicas que promovem a inclusão, há um descompasso entre essas diretrizes e a prática cotidiana nas escolas. A formação dos profissionais da educação, especialmente na área musical, é um dos principais obstáculos. Segundo as autoras, muitos professores não recebem a formação específica para trabalhar com alunos com deficiência, o que dificulta a implementação de práticas inclusivas na educação musical.

Além disso, a insuficiência de recursos acessíveis, como instrumentos musicais acessíveis, tecnologias assistivas e materiais didáticos específicos, limita significativamente as oportunidades de participação plena dos alunos com deficiência.

De acordo com Pendeza e Dallabrida (2016), a falta de uma formação pedagógica dos professores de Música pode impactar diretamente na educação musical oferecida para crianças com deficiência. Com isso, muitos futuros professores se sentem incapazes de lidar com alunos com deficiência.

Essas dificuldades destacam a urgência de melhorias na formação profissional, na disponibilidade de recursos e no apoio institucional para garantir a inclusão de alunos com deficiência na educação musical. Mesmo com esforços legislativos e políticas de inclusão, a prática da educação musical inclusiva ainda enfrenta barreiras significativas, enfatizando a necessidade de um comprometimento contínuo e de uma abordagem integrada para superar esses desafios.

Autores como Fantini, Joly e Rose (2016) e Schambeck (2016), salientam que as lacunas no acesso aos instrumentos musicais acessíveis, tecnologias assistivas e materiais didáticos específicos podem impedir que alunos com deficiência participem plenamente das atividades musicais. Podendo reduzir as oportunidades de desenvolvimento cognitivo, social e emocional que a Música pode proporcionar.

Com isso, ainda segundo as autoras, sem os recursos necessários, muitas crianças com deficiência podem ser excluídas das atividades musicais, levando a um sentimento de isolamento e inferioridade em comparação com seus pares.



A lacuna de estratégias inclusivas pode levar à desmotivação dos alunos com deficiência, que podem sentir que suas necessidades não são atendidas ou que não são capazes de acompanhar seus colegas. A carga horária reduzida dedicada à educação musical limita o tempo disponível para intervenções personalizadas, que são essenciais para o desenvolvimento de habilidades específicas em crianças com deficiência.

Com menos tempo dedicado à Música, os alunos têm menos oportunidades para explorar e desenvolver suas habilidades musicais, o que pode comprometer seu desenvolvimento artístico e cultural. A desvalorização da arte e cultura nas escolas pode diminuir o interesse e o engajamento dos alunos nas atividades musicais. Isso pode ser especialmente prejudicial para alunos com deficiência, que podem encontrar na Música uma forma importante de expressão e comunicação.

As atividades musicais estimulam o desenvolvimento de habilidades multimodais, que envolvem a percepção de estímulos simultâneos e a integração de diversas funções cognitivas. Esse fenômeno se deve à notável receptividade que os seres humanos demonstram durante a infância a uma ampla gama de experiências musicais Muszkat (2019).

Para o autor, quando essas vivências musicais são cuidadosamente planejadas e oferecidas, elas contribuem significativamente não apenas para o desenvolvimento das habilidades musicais, mas também para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Além disso, essas experiências estimulam a expressão criativa desde os estágios iniciais da vida.

No que se refere à deficiência, ao analisar a literatura de autores como Janasson e Louro (2016), Silva e Fonseca (2023) e outros, é evidente que os estímulos sonoros proporcionados durante as aulas de Música podem contribuir para a promoção da inclusão, interação, socialização e no desenvolvimento de habilidades rítmicas, fonéticas e motoras em crianças com diversas deficiências, como Autismo, Síndrome de Down, Deficiência Intelectual e Deficiência Motora e outras deficiências.

Para Janasson e Louro (2016), isso ocorre porque o ensino da música para crianças com deficiência não apenas fomenta o aprendizado musical, mas também aborda questões essenciais relacionadas ao desenvolvimento humano, já que a música pode atuar como um facilitador para uma ampla gama de aprendizagens no contexto educacional de crianças com deficiências.

Autores como Silva e Almeida (2018), Santos e Stervinou (2022) e Louro (2017) destacam as práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis nas quais os professores de



Música podem contribuir para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e acessível para todos os estudantes por meio de oportunidades de aprendizagem e expressão para todos os alunos.

Sendo assim, este trabalho objetiva apresentar os resultados de uma Revisão Bibliográfica Sistemática realizada em revistas científicas com indexadores Qualis A, que se propõem a divulgar a pluralidade do conhecimento na área da Música.

## **METODOLOGIA**

Os dados para análise deste trabalho, partiram dos procedimentos metodológicos da pesquisa intitulada A Contação e Sonorização de História como Recurso Pedagógico Musical Acessível para a Educação Infantil, realizada no Mestrado Profissional em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ao todo foram analisados 181 volumes de cinco revistas brasileiras especializadas em pesquisas na área musical. Essa análise abrangeu um total de 2004 artigos. As revistas selecionadas são: Revista da Associação Brasileira de Educação Musical (Revista da ABEM); Revista Música na Educação Básica (Revista Música MEB); a Revista OPUS da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música; a Revista Hodie e a Revista Música.

Para pesquisa dos artigos, foram estabelecidos alguns critérios que pudessem favorecer o refinamento da busca e de seleção de trabalhos, como: Acessar o site no qual está disponível o periódico; acessar (em ordem cronológica, do mais antigo para o mais atual) todos os volumes disponíveis na revista.

Também foi necessário realizar a leitura dos índices, ler os títulos dos artigos, selecionar aqueles que possuíam congruência com a pesquisa e fazer o download dos trabalhos para a aplicação dos filtros de leitura. Dentre os 2004 artigos analisados, selecionaram-se 18 para uma leitura mais meticulosa.

Para a realizar a revisão dos 18 trabalhos, foram realizados alguns procedimentos, os quais segundo Conforto et al. (2011), são essenciais para assegurar a qualidade de uma revisão. Assim, foram estabelecidas as seguintes delimitações: inicialmente, foi realizada uma leitura de reconhecimento para identificar títulos que convergissem com os objetivos da pesquisa. Em seguida, uma leitura seletiva foi conduzida, analisando palavras-chave, resumos, datas de publicação e a relevância dos pesquisadores para selecionar os artigos alinhados aos temas centrais.



Após a leitura dos 18 trabalhos selecionados, tornou-se evidente que esses artigos abordam uma ampla gama de temas, tais como: Ensino de Música em Escolas Especializadas, Revisão de Literatura, Musicoterapia, Musicografia Braille, Ensino e Aprendizagem de Instrumentos Musicais, bem como Deficiências Específicas, incluindo o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Síndrome de Down e paralisia cerebral e outros.

Essa abordagem metodológica demonstra um cuidadoso processo de revisão da literatura, assegurando que os trabalhos selecionados fossem relevantes, atuais e significativos para embasar a pesquisa. A leitura crítica e reflexiva dos 18 trabalhos selecionados contribuiu para uma fundamentação teórica robusta e uma interpretação bem fundamentada dos resultados obtidos. Essa leitura aprofundada possibilitou uma compreensão mais ampla das informações contidas nos artigos, permitindo uma análise crítica e reflexiva do conteúdo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como mencionado anteriormente, para a realização deste trabalho, foram analisados 181 volumes de cinco revistas brasileiras de Música, abrangendo um total de 2004 artigos. É importante ressaltar que a quantidade de trabalhos pesquisados não corresponde ao número total de trabalhos publicados nas respectivas revistas.

Essa discrepância ocorre porque, em algumas revistas, não foi possível pesquisar todos os exemplares, devido à indisponibilidade de alguns volumes on-line. Para melhor visualização, segue abaixo os resultados das revistas pesquisadas.

Os dados encontrados foram registrados e tabulados de forma individual, obedecendo à seguinte sequência: nome da revista, recorte temporal das publicações, total de volumes verificados e total de artigos verificados.

**Quadro 1 - Periódicos pesquisados**

Periódicos pesquisados			
Nome da revista	Recorte temporal das publicações	Total de volumes verificados	Total de artigos verificados
Revista da ABEM	1992-2022	47	507
Revista Hodie	1992-2023	39	583
Revista OPUS	1989- 2022	53	512
Revista MEB	2009-2023	11	86
Revista Música	1990-2023	31	316
<b>Total</b>	-	<b>181</b>	<b>2004</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).



Após uma análise nos títulos e resumos dos artigos, foram selecionados 18 trabalhos os quais seus temas se relacionam com a pesquisa. Esses artigos foram distribuídos em categorias distintas, cada uma refletindo uma diversidade de abordagens temáticas.

Dentro das categorias analisadas, a distribuição dos artigos foi a seguinte: a categoria Música e Deficiência Visual contou com 5 artigos; a categoria Música e TEA incluiu 6 artigos; a categoria Música para Pessoas com Deficiência, que abrange temas como Surdez, Paralisia Cerebral e Musicoterapia, totalizou 4 artigos; e a categoria Artigo de Revisão/Formação de Professores de Música englobou 3 artigos.

Esta distribuição evidencia o foco das pesquisas nas diferentes áreas relacionadas à música e à inclusão de pessoas com deficiência, contribuindo para a compreensão e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A organização dos trabalhos selecionados para esta pesquisa, categorizando os estudos por autor, tema abordado e quantidade de estudos.

Na primeira categoria, referente à música e deficiência visual, foram identificados cinco estudos de autores como Oliveira e Reily (2014), Keffer, Melo e Zattera (2021), Finck Júnior e Schambeck (2016), Giesteira, Godall e Zattera (2015) e Giesteira (2019). Esses trabalhos exploram as interações entre a prática musical e as acessibilidades necessárias para pessoas com deficiência visual, contribuindo para um campo ainda em desenvolvimento.

A segunda categoria agrupa seis estudos que investigam a relação entre música e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Autores como Asnis, Arantes e Elias (2019), Soares (2012), Rodrigues e Freitas Júnior (2018), Louro *et al.* (2015), Zimmer, Rodrigues e Defreitas (2018), e Pendeza e Dallabrida (2016) são destacados. Esses trabalhos analisam as intervenções musicais e seu impacto no desenvolvimento social, emocional e comunicativo de pessoas com TEA.

Na terceira categoria, quatro estudos abordam a música para pessoas com diferentes tipos de deficiência, como surdez, paralisia cerebral e musicoterapia. Os trabalhos de Sá, Batista e Santos (2019), Mathias (2019), Valério e Schambeck (2021), e Aranda, Sabbatella e Brotons (2019) são apresentados. Esses estudos evidenciam a diversidade de abordagens e os benefícios da música na reabilitação e inclusão social dessas populações.

Por fim, a última categoria compreende três artigos de revisão e estudos focados na formação de professores de música. Fantini, Joly e Rose (2016), Cil e Gonçalves (2018) e Schambeck (2016) são os autores destacados. Esses estudos revisam a literatura existente



e discutem a preparação dos educadores musicais para trabalharem com alunos com deficiência, enfatizando a necessidade de uma formação específica e contínua.

**Quadro 2** - Organização dos trabalhos selecionados

Organização dos trabalhos selecionados		
Autor	Temas	Quant. de estudos
Oliveira e Reily (2014); Keffer, Melo e Zattera, (2021); Júnior e Schambeck (2017); Giesteira, Godall e Zattera (2015); Giesteira (2019).	Música e Deficiência Visual;	5
Asnis, Arantes e Elias (2019); Soares (2012); Rodrigues e Júnior (2018); Louro et al. (2015); Pendeza e Dallabrida (2016); Zimmer, Rodrigues e Defreitas (2018).	Música e TEA	6
Sá, Batista e Santos (2019); Mathias (2019); Aranda, Sabbatella e Brotons (2019); Valério e Schambeck, (2021);	Musical para Pessoas com Deficiência (Surdez, Paralisia Cerebral, Musicoterapia)	4
Fantini, Joly e Rose (2016); Cil e Gonçalves (2018); Schambeck (2016).	Artigo de revisão/Formação de professores de Música.	3

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme mostrado no Quadro 2, vários estudos indicam avanços notáveis nas práticas pedagógicas musicais e na formação de ambientes educacionais inclusivos. Essas pesquisas demonstram que abordagens especializadas têm a capacidade de não apenas ultrapassar barreiras físicas e cognitivas, mas também de enriquecer a experiência educacional para todos os participantes.

Podemos evidenciar tal fato na pesquisa de Oliveira e Reily (2014), que explora as experiências e desafios enfrentados por músicos com deficiência visual no aprendizado da Música. Este trabalho destaca a importância do apoio familiar e a necessidade de formação adequada para professores de música, visando promover uma educação inclusiva e acessível.

Avançando no campo da deficiência visual, Keffer, Melo e Zattera (2021) investigaram o processo de leitura e escrita de partituras e os desafios da cegueira congênita na perspectiva de Vygotsky. A pesquisa foi realizada em uma instituição estadual de ensino formal para pessoas com deficiência visual, localizada no município de Vitória, no estado do Espírito Santo. O estudo explora o ensino da musicografia Braille como um recurso para auxiliar estudantes com cegueira congênita na compreensão e internalização da notação musical tradicional.

Complementarmente, Finck Júnior e Schambeck (2017) focaram nos recursos e serviços que apoiam a trajetória acadêmica de estudantes com deficiência visual em instituições de ensino superior de música. Ainda nessa perspectiva, Giesteira, Godall,



Zattera (2015) e Giesteira (2019) discutiram a importância da transcrição de materiais didáticos e da escrita musical em Braille. Estes estudos sublinham a necessidade tornar acessíveis os métodos de ensino instrumental para efetivamente incluir alunos com deficiências visuais. Várias investigações foram conduzidas para entender como a educação musical pode beneficiar indivíduos com TEA. Estas pesquisas abrangem desde a análise de estratégias pedagógicas específicas até a avaliação da produção científica sobre o tema.

Asnis, Arantes e Elias (2019) conduziram um estudo focado no Ensino de habilidades rítmicas para meninos com TEA. A pesquisa visa verificar os efeitos do uso de reforço diferencial e desenvolvimento de dicas no aprendizado de habilidades rítmicas ao tocar instrumentos musicais na presença de cantigas de roda. Soares (2012) apresentou um Programa de apoio pedagógico e inclusão: um estudo de caso, que relatava a inclusão de um aluno com diagnóstico de autismo em uma escola de música do estado de São Paulo.

Rodrigues e Freitas Júnior (2018) exploraram a trajetória educacional de um estudante com TEA em um estudo de caso detalhado. O foco foi o processo de formação deste aluno para obter um diploma em um curso técnico de música. O estudo mergulha nas perspectivas tanto do aluno quanto de sua cuidadora, destacando os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo de sua jornada educacional.

Louro *et al.* (2015) conduziram um estudo piloto para validação de teste musical para pessoas com TEA. O objetivo era apresentar dados preliminares sobre a elaboração e aplicação de um teste musical projetado para avaliar a aprendizagem musical em crianças e adolescentes com TEA, contribuindo para a compreensão das capacidades auditivas e musicais desses indivíduos.

Autores como Zimmer, Rodrigues e Defreitas (2018) analisaram a Produção em Revistas Brasileiras de Artes/Música Qualis A1 e seus Anais de Eventos Regionais e Nacionais (2006-2016), investigando a produção científica brasileira sobre educação musical e TEA. Este estudo proporcionou uma visão abrangente das pesquisas publicadas em revistas de educação musical com Qualis A1, oferecendo uma análise crítica das tendências e lacunas na literatura.

Pendeza e Dallabrida (2016) também desenvolveram com um panorama das publicações nacionais sobre Educação Musical e TEA. As autoras investigaram a relação entre educação musical e TEA em publicações feitas nos portais da ABEM, ANPPOM, Capes, SciELO, SIMCAM e SIMPOM nos últimos dez anos, fornecendo uma visão geral da pesquisa acadêmica no campo.



Sá, Batista e Santos (2019) desenvolveram o Auris Keyboard: ferramenta de auxílio ao treinamento de percepção musical para pessoas surdas. O trabalho investigou a inclusão de indivíduos surdos no ensino formal de música por meio da tradução de sons em vibrações táteis. Os autores desenvolveram uma nova ferramenta, baseada em pesquisas anteriores, que buscou enriquecer a experiência musical de pessoas surdas.

Mathias (2019) pesquisou a produção acadêmica sobre música e surdez: o que revelam as publicações brasileiras. A pesquisa investigou a relação entre música e surdez, enfatizando a necessidade de incluir pessoas surdas na educação musical. O trabalho fez parte de um projeto na Universidade Federal de São Carlos e utilizou uma abordagem de revisão sistemática da literatura para compilar e analisar as publicações sobre o tema.

Valério e Schambeck (2021), pesquisaram os processos de ensino e aprendizagem do piano para aluno com paralisia cerebral: escola livre de música como espaço inclusivo. Este estudo, realizado entre 2018 e 2020, explorou metodologias de ensino acessíveis para alunos com paralisia cerebral hemiplégica espástica esquerda, destacando a importância de um ambiente inclusivo na educação musical. A pesquisa-ação foi utilizada para desenvolver materiais acessíveis e refletir sobre práticas pedagógicas que favorecem o aprendizado e a participação de todos os alunos.

Aranda, Sabbatella e Brotons (2019) apresentaram um projeto inovador "Musicoterapia en Educación". Este projeto visa a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais através da musicoterapia, oferecendo uma proposta educativa de atenção à diversidade de alunos da Educação Infantil e Fundamental em uma escola pública.

O estudo de Fantini, Joly e Rose (2016) ofereceu um mapeamento detalhado da evolução da educação musical especial ao longo de 30 anos, identificando tendências e lacunas. Cil e Gonçalves (2018) exploraram como a educação musical e especialmente se entrelaçaram na academia, analisando dissertações e teses para entender melhor as práticas educativas aplicadas a alunos com deficiências.

Schambeck (2016), por sua vez, discutiu os impactos dessas tendências na formação de professores de música, enfatizando a necessidade de uma preparação adequada para atuar com alunos com deficiência.

Após a análise dos 18 artigos, fica evidente que a literatura sobre o tema Música e Deficiência é bastante diversificada, abrangendo pesquisas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência em diversos contextos musicais. Contudo, uma análise mais detalhada das temáticas revela que os trabalhos se concentraram na análise de práticas e



recursos inclusivos em abordagens pedagógicas que consideram diferentes ambientes, estilos, culturas e métodos de ensino na educação musical.

No entanto, não foi possível identificar, em nenhum dos 18 trabalhos selecionados, uma discussão específica para o ensino de música na Educação Infantil. Este levantamento destaca uma lacuna significativa na literatura. Os estudos encontrados não exploraram profundamente a questão especificamente direcionada ao ensino de Música na Educação Infantil, uma área que requer maior atenção e investigação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a inclusão musical na Educação Infantil, buscando compreender se as práticas pedagógicas atuais asseguram um ambiente verdadeiramente acessível e inclusivo para todos os alunos. Os resultados revelaram que, apesar dos avanços nas legislações e políticas públicas, como a obrigatoriedade do ensino de Música nas escolas, ainda persistem desafios significativos na implementação dessas práticas. A falta de formação específica dos professores, a escassez de recursos didáticos acessíveis e a desvalorização da educação musical são fatores que dificultam a inclusão efetiva de alunos com diferentes habilidades e necessidades.

A pergunta central do estudo, "Será que o ensino de Música na Educação Básica assegura que todos os alunos tenham acesso a esse conhecimento?", leva a uma conclusão: apesar das iniciativas para promover a inclusão, a prática nas escolas ainda não garante, de maneira plena, o acesso equitativo ao ensino de Música. As lacunas na formação para docentes que atuam com alunos com deficiência, a insuficiência de recursos como instrumentos musicais acessíveis as crianças e a pouca valorização das Artes e da cultura nas escolas impedem a participação integral de todos os estudantes.

Para que a educação musical seja verdadeiramente inclusiva, é necessário um esforço contínuo que envolva a formação docente, a disponibilização de materiais didáticos acessíveis e a valorização da Música como parte fundamental do desenvolvimento integral dos alunos. Somente assim será possível superar as barreiras existentes e garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou necessidades, possam participar plenamente das atividades musicais na escola.

A revisão bibliográfica sistemática realizada sobre a Contação e Sonorização de História como Recurso Pedagógico Musical Acessível para a Educação Infantil revela que, apesar dos avanços significativos na legislação e nas políticas públicas voltadas para a inclusão educacional no Brasil, ainda existem desafios substanciais a serem enfrentados



para garantir uma educação musical inclusiva.

Os estudos analisados destacam a importância da Música como um elemento essencial no desenvolvimento integral humano. No entanto, a pesquisa também revelou uma lacuna significativa na literatura sobre práticas específicas de ensino de Música e Inclusão na Educação Infantil. Esta ausência de trabalhos aprofundados foi identificada como uma área que necessita de maior atenção e investigação, ressaltando a importância da inclusão musical desde as fases iniciais da educação.

Diante deste panorama, propomos medidas concretas para endereçar essa lacuna e fomentar uma educação musical verdadeiramente inclusiva desde as primeiras fases da educação. Essas medidas incluem o desenvolvimento e o aprofundamento de pesquisas sobre o tema, a capacitação de professores para implementar práticas inclusivas, e a integração de diretrizes inclusivas nas políticas educacionais. Além disso, é essencial ampliar as pesquisas que interligam Música e Inclusão na Educação Infantil.

Sendo assim, pode-se entender que uma das principais contribuições deste trabalho é a identificação de uma lacuna significativa na literatura sobre a inclusão musical na Educação Infantil. Apesar da existência de estudos sobre inclusão em contextos variados, há uma escassez de pesquisas focadas especificamente no ensino de música para crianças pequenas no contexto da Educação Infantil.

A revisão dos estudos selecionados pode contribuir para orientar pesquisadores e educadores no direcionamento de temáticas mais focadas em práticas pedagógicas musicais na Educação Infantil e evidencia a necessidade de aprofundamento de pesquisas e elaboração de materiais didáticos e práticas musicais acessíveis.

## REFERÊNCIAS

ARANDA, Luis del Barrio; SABBATELLA, Patricia ; BROTONS, Melisa Mercadal. Musicoterapia en educación: un proyecto de innovación orientado a la inclusión del alumnado con necesidades educativas especiales. **Música Hodie**, Goiânia, v. 19, abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/musica/article/view/51723>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ASNIS, Valéria Peres; ARANTES, Ana; ELIAS, Nassim Chamel. Ensino de habilidades rítmicas para meninos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1–21, mai. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/34415>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario no Municipio da Côrte. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, tomo 17, parte 2ª, seção 12ª, 17 fev. 1854. Disponível



em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm). Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, DF: CNE, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf). Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental** (1998). Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.3v. p 45- 78. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf). Acesso em: 01 jul. 2024.

CIL, Luciano Ribeiro; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Educação Musical e Educação Especial na produção científica de dissertações e teses. **Música Hodie**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 327–342, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/musica/article/view/49262>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CONFORTO, Edivandro Carlos *et al.* Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos, In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO - CBGDP, 8, 2011, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2011. p.1-12. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod\\_resource/content/1/Roteiro%20para%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20sistem%C3%A1tica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod_resource/content/1/Roteiro%20para%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20sistem%C3%A1tica.pdf). Acesso em: 15 maio 2024.

FANTINI, Renata Franco Severo; JOLY, Ilza Zenker Leme; ROSE, Tânia Maria Santana de Rose. Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 24, p. 36-54, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/566>. Acesso em: 03 jul. 2024.

FINCK JÚNIOR, Daltro Keenan; SCHAMBECK, Regina Finck. Deficiência visual no ensino superior de música: ações, recursos e serviços sob a perspectiva de quatro egressos. **Revista da ABEM**, v. 25, n. 39, p. 160-174, mai. 2018. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/739>. Acesso em: 09 maio 2024.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 368 p.



GIESTEIRA, Adriano Chaves. Procesos de decodificación de la partitura braille. **Opus**, v. 25, n. 2, p. 70-92, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2019b2504>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GIESTEIRA, Adriano Chaves; GODALL, Pere; ZATTERA, Vilson. La enseñanza de la Musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escritura musical en Braille y la transcripción de materiales didácticos. **Revista da ABEM**, v. 23, n. 34, p. 138-151, jan./jun 2015. Acesso em: 29 maio 2024. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/536>.

JANASSON, Rodolgo; LOURO, Viviane. Contribuições da psicopedagogia e da psicomotricidade. In: Viviane Louro, (Org.). **Música e inclusão: múltiplos olhares**. 1. ed. São Paulo: Som, 2016, p. 211-222.

LIMA, Pedro Lucas Costa e Lopes de. Pedagogia diferenciada como instrumento político-pedagógico da inclusão. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 8, n. 1, p. 1–14, 2023. Acesso em: 30 nov. 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/12203/8848>.

KEFFER, Welington; MELO, Douglas Christian Ferrari de; ZATTERA, Vilson. O processo de leitura e escrita de partituras e os desafios da cegueira congênita na perspectiva de Vigotski. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 29, p. 28-46, 2021. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/971/596>. Acesso em: 06 jul. 2024.

LOURO, Viviane dos Santos, *et al.* **Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas**. 1. ed. São José dos Campos: Estúdio dois, 2006. 191 p.

LOURO, Viviane dos Santos. **A educação musical unida à psicomotricidade como ferramenta para o neurodesenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Neurologia e Neurociências. São Paulo, 2016. Acesso em: 02 maio 2024. Disponível em: [https://musicaeinclusao.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/07/educacao-musical\\_psicomotricidade-e-tea.pdf](https://musicaeinclusao.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/07/educacao-musical_psicomotricidade-e-tea.pdf).

LOURO Viviane *et al.* Avaliação Auditiva de Sequências Sonoro-Musicais: Um Estudo Piloto para Validação de Teste Musical para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Música**, v. 15, n. 1, p. 103–126, mai. 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistamusica/article/view/114705>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MATHIAS, Mércia Santana. Produção acadêmica sobre música e surdez: o que revelam as publicações brasileiras. **Revista da ABEM**, v. 27, n. 42, p. 71-93, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/800>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MUSZKAT, Mauro. Música e Neurodesenvolvimento: em busca de uma poética musical inclusiva. **Literartes**, São Paulo, v. 10, p. 233-243, nov. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/163338/157319>. Acesso em: 03 abr. 2024.



OLIVEIRA, Alda de Jesus. A Educação musical no Brasil. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 1 n. 1, p. 35-39, 1992. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/513>. Acesso em: 17 abr. 2024.

OLIVEIRA, Leonardo Augusto Cardoso de; REILY, Lucia Helena. Relatos de músicos cegos: subsídios para o ensino de música para alunos com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 405–420, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dqK3VjxWjRX4PpBHHKvyKsF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PENDEZA, Daniele; DALLABRIDA, Iara Cadore. Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais. **Revista da ABEM**, v. 24, n. 37, p. 98-113, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/583>. Acesso em: 02 abr. 2024.

RODRIGUES, Jessika Castro; FREITAS JÚNIOR, Áureo Deo De Freitas. O diploma é a coisa mais importante do mundo!: relato de um caso de estudante com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) para adquirir um diploma no curso técnico em música, a partir da visão do aluno e de sua cuidadora. **OPUS**, v. 24, n. 2, p. 140-158, ago. 2018. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2018b2406>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SÁ, Caio Vinícius Pereira de; BATISTA, Carlos Eduardo Coelho Freire; SANTOS, Donately da Costa. Auris Keyboard: ferramenta de auxílio ao treinamento de percepção musical para pessoas surdas. **Revista da ABEM**, v. 27, n. 43, p. 21-43, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/829>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SCHAMBECK; Regina Finck. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 24, p. 23-35, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/598>. Acesso em: 07 mar. 2024.

SILVA, Ítalo Soares da. **Práxis docente na educação musical inclusiva**: estudos no contexto escolar do estado do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Acesso em: 23 mar. 2024. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29541/1/Praxisdocenteeducacao\\_Silva\\_2019.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29541/1/Praxisdocenteeducacao_Silva_2019.pdf).

SILVA, Crislany Viana da; ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino. Educação Musical e Inclusão: um estudo sobre as práticas de professores de música no Ensino Fundamental. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 078–100, out./dez. 2018. Acesso em: 28 mar. 2024. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/11573>.

SILVA, Carlos Antônio Freitas da; FONSECA, Géssica Fabiely. Recursos pedagógicos acessíveis para as atividades práticas de arte-música nos anos iniciais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 10., 2023, São Carlos. **Anais**[...]. São Carlos:



Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos/recursos-pedagogicos-musicais-acessiveis-para-as-atividades-praticas-de-arte-mus?lang=pt-br>. Acesso em: 24 set. 2024.

SANTOS, Michelle Batista; STERVINO, Adeline. Música e afetividade: elaboração de atividades como auxílio na aprendizagem musical de crianças autistas. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 3, p. 865–883, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/69663/44078>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOARES, Lisbeth. Programa de apoio pedagógico e inclusão: um estudo de caso. **Revista da ABEM**, v. 20, n. 27, p. 55-64, jan./jun 2012. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/160>. Acesso em: 28 jun. 2024.

VALÉRIO, Mara Síntique Del Guerra; SCHAMBECK, Regina Finck. Processos de ensino e aprendizagem do piano para aluno com paralisia cerebral: escola livre de música como espaço inclusivo. **Revista da ABEM**, v. 29, p. 294-316, mai. 2021. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1022/610>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ZIMMER, Paulyane Nascimento; RODRIGUES, Jéssika Castro; DEFREITAS, Áureo Déo. Educação musical e transtorno do espectro autista: análise da produção em revistas brasileiras de Artes/Música Qualis A1 e seus anais de eventos regionais e nacionais (2006-2016). **Revista da ABEM**, v. 26, n. 40, p. 149-166, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/760/515>. Acesso em: 08 abr. 2024.

**Artigo recebido em:** 16 de novembro de 2024.

**Aceito para publicação em:** 11 de dezembro de 2024.

**Manuscript received on:** November 16th, 2024

**Accepted for publication on:** December 11st, 2024

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil.

